

EDITAL Nº 50/UNOESC-R/2017

Dispõe sobre o processo de cadastro socioeconômico para classificação e concessão de bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes com matrículas e rematrículas no segundo semestre do ano de 2017, em cursos de graduação ou sequenciais, e renovação da concessão do benefício aos estudantes classificados pelo Edital nº 63/Unoesc-R/2016, e dá outras providências.

O Reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Professor Aristides Cimadon, no uso de suas atribuições e de acordo com a legislação correlata, declara aberto o **Processo de Cadastro Socioeconômico** para classificação e concessão de Bolsas de Estudo parciais e integrais aos estudantes da Unoesc.

CAPÍTULO I – DAS INSCRIÇÕES

Art. 1º As inscrições para o processo de cadastro socioeconômico de que trata este edital serão efetuadas exclusivamente por meio eletrônico, mediante o preenchimento da ficha de inscrição disponível no endereço eletrônico www.unoesc.edu.br (Portal de Ensino da Unoesc) e entrega da documentação prevista no Artigo 7º deste edital no Serviço de Apoio ao Estudante – SAE, de acordo com o que segue:

I – O período de cadastramento para os **estudantes ingressantes** no segundo semestre de 2017, será de **24 de julho a 04 de agosto de 2017**, mediante agendamento eletrônico de data e horário nos links:

Unoesc–Joaçaba, Capinzal e Campos Novos - <https://unoescjba.reservio.com/>

Unoesc–São Miguel do Oeste, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro – <https://unoescsmo.reservio.com/>

Unoesc–Chapecó - <https://unoesccco.reservio.com/>

Unoesc – Xanxerê - <https://unoescxxe.reservio.com/>

Unoesc – Videira - <https://unoescvda.reservio.com/>

II – O atendimento com conferência de documentação será somente até as **17 horas do dia 04 de agosto de 2017**. O estudante que não comparecer no horário de conferência poderá entregar a documentação até as 21h30 do mesmo dia, porém em envelope lacrado, sem

possibilidade de realização de conferência, mediante assinatura de declaração de ciência de que a falta de documentos o desclassificará do processo.

III – A classificação deste processo de cadastramento socioeconômico poderá, a critério da Unoesc, ser utilizado para a concessão de bolsas com recursos próprios para o cumprimento do número mínimo de bolsas estabelecido na Lei nº 12.101, de 2009; com recursos oriundos de convênios com o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) do governo do Estado de Santa Catarina, Prefeituras, Empresas e outras modalidades de bolsas, conforme disponibilidade de recursos financeiros.

§ 1º Serão ofertadas bolsas de estudo parciais e integrais, observada a pontuação obtida pelo estudante através da fórmula expressa no art. 4º deste edital.

§ 2º As bolsas de estudo de que trata este edital destinam-se a estudantes:

- a) brasileiros;
- b) não portadores de diploma de curso superior, exceto licenciatura curta;
- c) comprovadamente carentes, cuja renda (bruta) familiar mensal não exceda o valor de até 03 (três) salários mínimos per capita;
- e) regularmente matriculados em cursos de graduação ou sequencial da Unoesc, em no mínimo 12 créditos;
- f) que tenham efetuado o cadastramento socioeconômico no Portal Uniedu;
- h) que cumpram os requisitos deste edital.

§ 3º Os alunos em processo de rematrícula, beneficiados com bolsa de estudo, classificados pelo Edital nº 63/Unoesc-R/2016, terão seu benefício renovado para o 2º semestre de 2017, condicionados a comprovação dos seguintes critérios:

- a) Estar regularmente matriculados em cursos de graduação ou sequencial da Unoesc, em no mínimo 12 créditos;
- b) Apresentar rendimento acadêmico suficiente em 2017/1, de acordo com Artigo 12 do edital nº 63/Unoesc-R/2016;
- c) Ter participado dos Projetos Sociais de Extensão com Visão Educativa;
- d) Ter efetuado o cadastramento socioeconômico no Portal Uniedu;
- e) Preencher os requisitos de manutenção de bolsa a serem avaliados pela Comissão designada pelo Reitor ou Vice-Reitor de Campus.

§ 4º A quantidade de bolsas de estudo parciais e integrais será definida mediante celebração de convênios e de acordo com o limite de recursos financeiros disponíveis.

§ 5º Os estudantes beneficiados receberão a bolsa de estudo através de gratuidade na mensalidade, ficando obrigados a quitar o restante das mensalidades não contempladas pela bolsa de estudo, pontualmente, até a data de vencimento, sob pena de perderem o benefício.

§ 6º Os estudantes beneficiados terão direito ao percentual de bolsa de estudo baseado no valor da mensalidade gerada no prazo regular de matrícula e rematrícula estipulados pela Unoesc, não sendo consideradas disciplinas/valores inclusos após os períodos específicos, estabelecidos em calendário acadêmico, destinados a esse procedimento, exceto no caso de redução de número de créditos após efetivação da matrícula/rematrícula, sendo neste caso recalculado o valor da bolsa.

§ 7º As bolsas de estudo custeadas por recursos públicos do Art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que compõem o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação (Fumdes), serão selecionadas pela Comissão quando a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED lançar Chamada Pública para seleção de bolsistas, sendo utilizados os critérios descritos na Lei Complementar nº 407/2008 e no Decreto 2.672/2009.

§ 8º As bolsas de estudos custeadas por recursos públicos do Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina serão selecionadas por equipe técnica, atendendo as regulamentações das Leis Complementares nº 281/2005, nº 296/2005 e nº 420/2008.

§ 9º Comprovada carência socioeconômica, avaliada por equipe técnica, o estudante com deficiência ou que tiver atestada a sua invalidez permanente, receberá bolsa de estudo para o pagamento integral das mensalidades.

Art. 2º A inscrição do candidato a bolsa de estudo implica, automaticamente, na autorização para:

I – utilização e divulgação das informações contidas na ficha de inscrição, bem como expressa concordância quanto à apresentação de quaisquer documentos solicitados pela Equipe Técnica;

II – divulgação, quando requerido por qualquer órgão fiscalizador, das informações prestadas por ocasião de sua inscrição.

Art. 3º No decorrer deste processo de cadastro socioeconômico, as informações de interesse dos candidatos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.unoesc.edu.br e no SAE de cada Campus da Unoesc.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade dos candidatos a observância dos prazos estabelecidos neste edital, bem como o acompanhamento de eventuais alterações e verificação dos resultados, por meio do endereço eletrônico (site) ou no SAE de cada Campus da Unoesc.

CAPÍTULO II - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º A seleção dos estudantes inscritos no processo seletivo referente ao 2º semestre de 2017 considerará a pontuação obtida na aplicação da fórmula que segue:

$$\text{Pont} = \frac{R * M * D_C * IES + P_P - T}{(1 - 0,9^{GF}) * 10 + SE}$$

R =	Renda bruta mensal familiar (soma da renda do grupo familiar)
P_P =	Percentual do patrimônio determinado de faixa a seguir: 0,0% = patrimônio de R\$ 0,00 até R\$ 50.000,00
	0,1% = patrimônio de R\$ 50.000,01 até R\$ 100.000,00
	0,2% = patrimônio de R\$ 100.000,01 até R\$ 300.000,00
	1,0% = patrimônio de R\$ 300.000,01 acima
M =	Moradia 1,0 = moradia própria ou cedida
	0,8 = moradia alugada ou financiada
IES =	IES paga (além do candidato existe algum integrante do grupo familiar que estuda sem bolsa) 1,0 = somente o candidato estuda em IES paga
	0,8 = o candidato e outros integrantes do grupo familiar estudam em IES paga
T =	Gasto com transporte coletivo (até o limite de R\$ 200,00)
D_C =	Doença crônica (aquelas que exigem tratamento de duração continuada)
	1,0 = não existe doença crônica no grupo familiar

	0,8 = existe doença crônica no grupo familiar
GF =	Grupo familiar (nº de integrantes do grupo familiar, incluindo o candidato)
SE =	Situações especiais (1,0 ponto):
	óbito do mantenedor do grupo familiar (somente se ocorrido nos 12 meses anteriores ao pedido)
	desemprego do mantenedor do grupo familiar (somente se ocorrido nos 12 meses anteriores ao pedido)
	gastos com cirurgias - não estética (somente se ocorrido nos 12 meses anteriores ao pedido)
	vítima de calamidade recente, com grande perda de patrimônio: vendaval, incêndio, enchente, seca (somente se ocorrido nos 12 meses anteriores ao pedido)
	pessoa com deficiência (comprometimento físico, transtorno mental, outros)
	transtornos comportamentais (dependências químicas, jogos, roubo)

§ 1º Somente terá direito a bolsas de estudo parciais e integrais o estudante que:

I - possua renda bruta familiar mensal que não exceda o valor de até 03 (três) salários mínimos per capita;

II – não esteja recebendo algum outro tipo de benefício oriundo de recursos públicos;

III – realize o cadastro no Uniedu para o 2º semestre de 2017, no endereço: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/graduacao/cadastramento/>>, em período a ser divulgado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina.

§ 2º A renda per capita é calculada somando-se o rendimento bruto de todos os integrantes do grupo familiar, dividida pelo número de dependentes, ou seja: $a = b/c$, sendo que (a) = Renda per capita; (b) = soma da renda bruta familiar; (c) = número total de componentes do grupo familiar.

§ 3º Observados os critérios de classificação de maior carência socioeconômica para menor, os alunos serão contemplados, pela ordem de pontuação.

§ 4º A seleção referida no *caput* não constitui ao candidato qualquer promessa ou compromisso da Unoesc em conceder a bolsa, condicionando-se seu efetivo usufruto à aprovação nas fases posteriores do processo e a disponibilidade de recursos e vagas.

§ 5º Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade e que dependem de uma mesma renda ou contribuem para o conjunto de renda da família.

§ 6º Entende-se como renda bruta mensal familiar o somatório dos rendimentos auferidos por todos os integrantes do grupo familiar, composto pelo valor bruto de salários, proventos, vale-alimentação, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros, de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o candidato.

§ 7º Somente poderá ser abatido da renda referida no §6º deste artigo o montante pago a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim determine.

§ 8º Caso o grupo familiar informado se restrinja ao próprio candidato, este deverá comprovar renda própria que suporte seus gastos, condizentes com seu padrão de vida e de consumo, sob pena de exclusão deste processo seletivo.

§ 9º Caso o patrimônio do estudante ou de membros de seu grupo familiar indique incompatibilidade com a renda declarada, o estudante será afastado do processo de seleção.

CAPÍTULO III - DA INSCRIÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 5º A inscrição ao processo de cadastro socioeconômico passa a ter validade após entrega de:

I - Ficha de inscrição preenchida por meio eletrônico (Portal de Ensino) impressa e assinada pelo aluno;

II - Documentos que comprovem as informações prestadas, de acordo com Art. 7º deste edital.

§ 1º A conferência dos documentos e entrevista será realizada, no momento da entrega, na presença do candidato.

§ 2º **A entrega da documentação será feita somente através de agendamento prévio devendo ser marcado data e horário.**

§ 3º O beneficiário com bolsa de estudo responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por ele prestadas.

§ 4º Será automaticamente desclassificado o estudante que apresentar ficha de inscrição incompleta, sem assinatura ou sem documentos exigidos neste edital.

§ 5º A qualquer tempo, em caso de comprovada inautenticidade dos documentos e/ou inveracidade das informações prestadas, conforme cada caso, o estudante:

- I** – Será desclassificado do processo seletivo;
- II** – Terá a bolsa de estudo cancelada;
- III** – Estará obrigado a restituir os recursos recebidos a título de bolsa de estudo;
- IV** – Será representado junto ao Ministério Público.

Art. 6º Na aferição das informações prestadas pelos candidatos, a equipe técnica de bolsas de estudo da Unoesc, através de seus representantes, analisará a pertinência e a veracidade das informações prestadas; concluindo pela aprovação, fará o encaminhamento para concessão de bolsa de estudo.

Art. 7º No processo de aferição de informações, o estudante deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos atualizados, próprios e dos integrantes do seu grupo familiar:

I - Comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de seu grupo familiar, de acordo com o seguinte:

a) Assalariado:

1. Folha de pagamento (recibo de salário) dos três últimos meses;
2. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, último contrato de trabalho e a próxima folha em branco); e
3. Declaração da empresa, se esta concede ou não vale-alimentação, e em caso positivo citando o valor mensal.

b) Trabalhador autônomo ou profissional liberal:

1. Declaração de renda de Autônomo com reconhecimento de firma (Anexo VIII); e,
2. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI).

c) Proprietário de empresa:

1. Declaração de Percepção de Rendimentos original, feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, contemplando os rendimentos dos últimos 12 meses, relativos à retirada de pró-labore, distribuição de lucros e outros rendimentos auferidos no período.
2. Declaração de Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa, no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) e Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN - SIMEI);
3. Contrato social atualizado ou instrumento equivalente. Em caso de empresa sem atividade e/ou inativa apresentar protocolo da baixa de uma das esferas: Municipal, Estadual ou Federal;
4. Balanço patrimonial da empresa;
5. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI).

d) Aposentado ou pensionista:

1. Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do último mês, retirado do site da previdência social:
<http://www8.dataprev.gov.br/SipaINSS/pages/hiscre/hiscreInicio.xhtml>.
2. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI), caso o aposentado possuir até 70 anos; e,
3. Declaração que não exerce atividade remunerada (Anexo III), caso o aposentado possuir até 70 anos de idade.

e) Agricultor:

1. Declaração de renda emitida por sindicato rural do município onde os integrantes do grupo familiar possuem atividade, conforme modelo **Anexo I** (caso o produtor não seja associado, apresentar declaração de punho próprio para justificar a não entrega deste documento);
2. Imposto Territorial Rural – ITR;
3. Contrato de arrendamento e/ou parceria (se houver);

4. Declaração de movimento econômico de agricultura familiar expedido pela Prefeitura Municipal;
5. No caso de produtor de leite, anexar as 06 últimas **notas de venda** do produto;
6. Para alunos residentes em Santa Catarina apresentar documento emitido pela CIDASC e/ou Secretaria de Agricultura de cada município informando o número de bovinos e bubalinos na propriedade de acordo com o projeto PIB- SC (projeto de identificação de bovinos e bubalinos em SC); e,
7. Para alunos residentes em outro estado, documento emitido pelo órgão responsável por essas informações informando o número de bovinos na propriedade; e,
8. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI).

f) **Recebedor de ajuda Financeira:** Declaração de renda agregada identificada com nome, CPF, endereço e valor mensal da ajuda financeira de terceiros (parentes ou não) de acordo com o anexo II;

g) **Estagiário:**

1. Termo de compromisso de estágio;
2. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI);

h) **Professor ACTs:**

1. Fotocópia das três últimas folhas de pagamento;
2. Declaração do contratante se concede ou não vale-alimentação, em caso positivo citando o valor; e,
3. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI);

i) **Recebedor de pensão Alimentícia:**

1. Decisão judicial ou acordo homologado judicialmente; e,
2. Declaração atualizada com o valor da pensão alimentícia, conforme modelo – Anexo IX.

j) **Recebedor de aluguel:** Caso possuam imóvel alugado, apresentar declaração de recebimento de aluguel, conforme modelo (Anexo X).

II - No caso de **desempregado ou sem remuneração** (candidato ou integrante do grupo familiar, **com mais de 16 e menos de 70 anos**):

1. Carteira de Trabalho atualizada, original e cópia (folha de identificação, a baixa do último contrato de trabalho e a próxima página de contrato em branco) ou declaração negativa, caso não possua este documento (Anexo XI);
2. Rescisão contratual; e,
3. Declaração assinada pelo integrante do grupo familiar atestando que não exerce qualquer tipo de atividade remuneratória, (com reconhecimento de firma em cartório), de acordo com o Anexo III.

III - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF ano 2017, exercício 2016 (com todas as folhas e recibo de entrega do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar declarados na ficha de inscrição); ou, **para os não declarantes de imposto de renda, apresentar comprovante**, disponível no link para consulta:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp> .

IV – Cópia da **Carteira de identidade** própria e dos demais integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso de menores de 18 anos (que não possuam carteira de identidade).

V – Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda **CPF/MF**, própria e dos demais integrantes do grupo familiar, se houver.

VI – Cópia do **Comprovante de residência** (atualizado), última fatura de energia elétrica ou telefone fixo ou telefone móvel ou água em nome do estudante ou responsável.

VII – Declaração própria, datada, assinada com reconhecimento de firma por um dos integrantes do grupo familiar maior de 18 anos, mencionando os **bens do grupo familiar** e os respectivos valores (**valor de venda**), de acordo com modelo em **anexo IV**; ou, declaração negativa de bens (**Anexo V**) caso ninguém do grupo familiar possua bens.

VIII – Se a moradia for alugada:

- a) Declaração com reconhecimento de firma do proprietário do imóvel sobre o **pagamento de aluguel** ou contrato de aluguel e recibo de pagamento; e,

b) Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s), anexar declaração assinada por todos os inquilinos informando o valor pago individualmente, conforme modelo em Anexo VII.

IX – Se a moradia for financiada: Comprovante do último pagamento de **prestação de imóvel**.

X – Se houver gastos mensais relativos à doença crônica: Laudo médico (não trazer exames) com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID (com data de até 06 meses anteriores), quando for o caso, receita e notas fiscais de tratamento relativo (medicamentos de uso contínuo) aos últimos 02 (dois) meses que comprovem os **gastos referentes à doença crônica** dos integrantes do grupo familiar.

XI – Se houver pessoa com deficiência no grupo familiar:

Laudo médico (não trazer exames) atestando a espécie e o grau ou nível da **deficiência**, nos termos do Art. 4º do decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5.296, 02 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso.

XII – Se houver gasto com transporte coletivo:

Comprovante (recibo ou nota fiscal) mensal de **pagamento de transporte coletivo** da moradia do estudante até a Universidade. O comprovante deve ser nominal ao aluno e possuir dados da empresa de transporte (carimbo, endereço e assinatura do responsável).

XIII – Caso os pais ou o candidato forem separados/divorciados ou falecidos:

Comprovante de **separação ou divórcio dos pais**, ou **certidão de óbito**, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato por esta razão.

XIV – No caso de o **candidato possuir filhos/dependentes**, cópia de certidão de nascimento dos mesmos, ou Termo Judicial de dependência, ou cópia de declaração de imposto de renda.

XV – Se houver, além do candidato, outro integrante do grupo familiar cursando graduação em Instituição de Ensino Particular: Comprovante de matrícula de integrantes do grupo familiar (exceto o candidato) que **estudam em Instituições de Ensino Superior particulares**; Unoesc ou qualquer outra (se houver).

XVI – Se foi vítima de **calamidade** recente, com grande perda de patrimônio: Declaração expedida pelo Município atestando que sua família/propriedade foi vítima de calamidade pública (vendaval, incêndio, enchente, seca), nos últimos doze meses.

XVII – Em caso de **gastos com cirurgia**: Comprovantes de gastos com cirurgia (não estética), ocorrida nos últimos doze meses, descrevendo o tipo da cirurgia e valores dispensados.

XVIII – Nos casos de **transtornos comportamentais** (dependências químicas, jogos, roubo), o candidato deverá apresentar documento comprobatório da situação.

XIX – No caso de casais que vivem em **União Estável**, apresentar Contrato, conforme Anexo VI, com firma reconhecida e em caso de casais que realizaram o casamento, apresentar a Certidão de Casamento.

XX – **Guia de consulta** emitida pelo DETRAN (do estado de residência do candidato e do seu grupo familiar) do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar maiores de 18 anos.

§ 1º A equipe técnica, se julgar necessário à comprovação das informações prestadas pelo candidato, referentes a este ou aos integrantes de seu grupo familiar poderá exigir a qualquer tempo a apresentação de outros documentos.

§ 2º O **candidato que possuir idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos e declarar que não reside e/ou depende dos pais**, deverá entregar comprovante de renda, declaração de imposto de renda (com todas as folhas e recibo de entrega) e declaração de patrimônio dos mesmos.

§ 3º A equipe técnica deverá arquivar por 05 (cinco) anos todos os documentos referidos nos incisos I a XX do caput deste artigo.

§ 4º Caso a ausência de um dos pais do candidato ocorra em função de motivo diverso dos constantes no inciso XIV do caput deste artigo, este deverá apresentar elemento comprobatório da situação fática específica, a critério da equipe técnica.

Art. 8º Ao formar seu juízo acerca da pertinência e da veracidade das informações prestadas pelos estudantes selecionados, a equipe técnica considerará, além da documentação apresentada, quaisquer elementos que demonstrem patrimônio, percepção de renda ou padrão de vida e de consumo incompatíveis com as normas do programa ou com a renda declarada na ficha de inscrição.

Art. 9º Os candidatos não selecionados poderão ser reclassificados em virtude da exclusão de outros candidatos desde que, observada a ordem crescente da pontuação.

Art. 10 Em caso de exclusão do candidato reclassificado, a equipe técnica procederá conforme disposto § 5º do Art. 5º deste Edital.

CAPÍTULO IV - DA CONCESSÃO DE BOLSA

Art. 11. Os estudantes beneficiados com bolsas oriundas de recursos públicos terão o recebimento do benefício condicionado à assinatura de Convênios, bem como ao efetivo repasse das parcelas pelo governo do estado ou dos municípios.

Art. 12. É de responsabilidade dos beneficiários com bolsa:

I - Comparecer para assinatura do recibo coletivo para prestação de contas, sendo que o bolsista que deixar de assinar o recibo no período determinado e divulgado, perderá o direito a bolsa de estudo, sendo concedida a outro estudante que participou deste processo e não foi beneficiado.

II – Apresentar rendimento acadêmico suficiente, ou seja:

- a) Beneficiados com bolsa de estudo com recursos próprios, provenientes da Lei 12.101/09 (Cebas) e do Art. 170 da CE/SC deverão apresentar rendimento acadêmico suficiente com aprovação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas no semestre anterior à concessão da bolsa;
- b) Beneficiados com bolsa de estudo com recursos do Art. 171 da CE/SC deverão apresentar rendimento acadêmico suficiente com aprovação em 100% (cem por cento) das disciplinas cursadas no semestre anterior à concessão da bolsa;
- c) Beneficiados com bolsas de estudo de outras modalidades, será observado os critérios de cada Programa.

III - Comunicar a instituição sobre qualquer fato que comprometa as condições que lhe propiciaram o atendimento das normas contidas neste edital.

IV – Apresentar semestralmente relatório de Participação em Projetos Sociais com Visão Educativa conforme definido neste edital.

Parágrafo único. A critério da Unoesc, havendo disponibilidade de recursos, as bolsas de estudo parciais e integrais concedidas através deste processo poderão ser renovadas para os semestres seguintes, até o estudante concluir o curso.

Art. 13. Será suspensa a bolsa de estudo do estudante beneficiado que apresente evidências de inveracidade nas informações prestadas ou inautenticidade nos documentos apresentados ou apresente rendimento acadêmico insuficiente, nos termos do disposto no Art. 12, inciso II deste Edital.

Art. 14. Será encerrada a bolsa de estudo do estudante beneficiado se:

- I-** o estudante não assinar o recibo coletivo, no prazo determinado pelo SAE;
- II** –o estudante efetuar trancamento de matrícula, abandonar o período letivo (evasão) ou transferir-se para outra IES;
- III** –o estudante não efetuar sua matrícula, ou rematrícula, dentro do período específico;
- IV** –o estudante concluir curso de graduação ou sequencial;
- V** –o estudante apresentar rendimento acadêmico insuficiente, nos termos do disposto no Art. 12, deste Edital;
- VI** – o estudante prestar informações e/ou apresentar documentos inverídicos;
- VII** – o estudante bolsista apresentar substancial mudança de condição socioeconômica, que comprometa a observância dos requisitos estabelecidos neste edital;
- VIII** – o estudante bolsista não apresentar comprovante de Participação em Projetos Sociais com Visão Educativa;
- IX** – o estudante solicitar a desistência do benefício;
- X** – houver decisão ou ordem judicial;
- XI** – vier a falecer.

§ 1º É vedado ao bolsista usufruir simultaneamente, em cursos ou instituições de ensino diferentes, a bolsa concedida por este processo seletivo e outro tipo de bolsa de estudo oriunda de recursos públicos.

§ 2º Os estudantes contemplados com bolsa terão até 20 dias para informar ao SAE, quando da ocorrência de alguma alteração na situação socioeconômica do grupo familiar, sob pena de cancelamento do benefício caso não proceda desta forma.

§ 3º Os estudantes não contemplados que, por ventura, venham a ter alguma alteração relevante em sua situação socioeconômica, poderão entregar no SAE os documentos comprobatórios para reavaliação.

CAPÍTULO V - DAS DENÚNCIAS

Art. 15. O processo de classificação das bolsas de estudo parciais e integrais será realizado sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, baseando-se, sua análise e deferimento, tão somente nas informações e documentação apresentada pelo próprio estudante.

Art. 16. Qualquer pessoa, independente de identificação, poderá formalizar denúncia, dirigida à Equipe Técnica, entregando-a diretamente no SAE, via internet (através do endereço eletrônico <http://www.unoesc.edu.br/atendimento/denuncias>) ou pelo telefone de cada *campus* da Unoesc e suas unidades administrativas.

§ 1º O estudante denunciado será notificado para prestar esclarecimentos e/ou documentos à equipe técnica, em dia e hora previamente determinados.

§ 2º Se as informações prestadas não forem suficientes à elucidação da situação, a Comissão poderá determinar diligências, podendo suspender ou encerrar imediatamente o benefício.

§ 3º Se julgada procedente a denúncia, o beneficiado terá a Bolsa encerrada, após oportunidade do contraditório e da ampla defesa, estando obrigado a restituir os valores recebidos, de forma corrigida, os quais serão repassados a outro estudante que não foi beneficiado.

§ 4º As denúncias poderão ser realizadas durante todo o período de vigência da bolsa.

Art. 17. No final do processo serão selecionados estudantes beneficiados com bolsa de estudo parciais e integrais, os quais serão visitados bem como será averiguada novamente toda sua documentação e em caso de omissão de dados estarão sujeitos às disposições deste edital.

**CAPÍTULO VI - DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS COM VISÃO
EDUCATIVA**

Art. 18. A obtenção e renovação do benefício pelo estudante ficarão vinculadas à participação em programas e projetos sociais com visão educativa, propostos pela UNOESC e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional.

§ 1º Os estudantes beneficiados com bolsas de estudo estarão obrigados a participar de projetos sociais vinculados a área de formação acadêmica, no período mínimo de 20 horas semestrais, sob pena de não mais poderem participar do programa de Bolsas de estudo, além da necessidade de devolução dos recursos, devidamente corrigidos.

§ 2º A certificação de comprovação da participação dos projetos sociais com visão educativa, será apresentada pela coordenação de cada curso, através de relatório de atividades de extensão, até o dia 15/12/2017, referente ao 2º semestre de 2017.

Art. 19. Os estudantes beneficiados com Bolsas de Estudo Parciais e Integrais deverão desenvolver atividades durante o semestre (mínimo 20 horas), **exclusivamente** em Projetos Sociais de Extensão com Visão Educativa promovidos pela Unoesc, vinculados ao seu curso de graduação. Diante disso, enfatiza-se que o estudante deverá entrar em contato com a coordenação de seu curso para receber orientações acerca das atividades a serem desenvolvidas.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Vice-reitor de Campus:

I - Nomeará comissão de fiscalização nos termos legais, para fiscalização dos critérios para a concessão, obtenção e manutenção de bolsas;

II - Constituirá equipe técnica com representantes da Unoesc e da entidade representativa dos estudantes para avaliação do grau de carência, do desempenho escolar, seleção dos beneficiados e publicações legais e regulamentares.

Art. 21. O SAE terá por atribuição, orientar no preenchimento do formulário, em caso de dúvidas; receber e analisar os documentos; assessorar a comissão e equipe técnica em atividades

como: agendar reuniões, redigir atas, eventualmente realizar visitas domiciliares aos candidatos à Bolsa de estudo, investigar denúncias, divulgar os resultados e coletar as assinaturas dos contemplados para posterior prestação de contas.

Art. 22. O estudante em débito com a instituição e beneficiado com bolsas de estudo parciais e integrais fica obrigado a saldar sua dívida com a entidade, sendo esta uma das condições para renovação de seu benefício e/ou participação do processo seletivo seguinte.

Art. 23. Todos os estudantes da instituição, inclusive os beneficiários das bolsas, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 24. A Unoesc divulgará, mediante afixação em locais de grande circulação de estudantes, o inteiro teor deste Edital e o resultado deste processo seletivo.

Art. 25. Caberá a comissão de fiscalização, constituída para este fim, em conjunto com a direção da instituição, dirimir as dúvidas originadas deste Edital.

Art. 26. O presente Edital entra em vigor nesta data.
Publique-se.

Joaçaba/SC, 11 de julho de 2017.

Prof. Aristides Cimadon
Reitor da Unoesc

ANEXO I

Modelo de Declaração de Agricultor

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de _____, declara para os devidos fins que o Sr. _____ responsável por _____, é agricultor, residente e domiciliado em _____ município de _____, possuindo uma área de terra com total de _____ hectares, com área plantada _____ hectares, na qual efetuou as seguintes entregas de produtos nas últimas duas safras.

Denominação	R\$ (2016)	R\$ (2017)
MILHO: Área plantada em h.a. Sacos produzidos/h.a.		
FUMO: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
TRIGO: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
SOJA: Área plantada/h.a. Arrobas produzidas h.a.		
LEITE: Nº de vacas leite Média Prod. Leite		
SUÍNOS: Número de matrizes Kg. Vendidos/ano		
BOVINOS: Número de bovinos Kg. Vendido/ano		
OUTROS PRODUTOS:		
Total Bruto em R\$		

Afirmo que o número de dependentes desta renda é de _____, com a qual vive familiarmente produzindo em regime de economia familiar.

Declara ainda, que os dados acima apresentados são verdadeiros e está ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados falsos e/ou divergentes implicam às medidas judiciais cabíveis. Sem mais a declarar, assino e dou fé.

_____, _____ de _____ de 20__.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Assinatura e Carimbo)

ANEXO II

Modelo de Declaração de Auxílio de Terceiros

Eu, (pessoa que presta o auxílio), (estado civil), inscrito no CPF sob o nº....., portador do RG nº....., residente e domiciliado na em, declaro para os devidos fins, que ajudo financeiramente (nome do estudante que recebe o auxílio), com o valor mensal de, aproximadamente, R\$ Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado (s) é (são) verdadeiro (s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar e averiguar a informação acima.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante.....

Assinatura do candidato a bolsa:

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO III

Modelo de Declaração que não possuem atividade remuneratória

Eu, (membro do grupo familiar que não exerce atividade remunerada) (estado civil), inscrito no CPF sob o nº., portador do RG nº....., residente e domiciliado em declaro para os devidos fins, **que não exerço atividade remunerada**. Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado (s) é (são) verdadeiro (s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar e averiguar a informação acima.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO IV**Modelo de Declaração de Patrimônio**

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ portador do RG nº _____, residente e domiciliado em _____, declaro sob as penas da lei, para comprovação dos dados Informados no Formulário de Inscrição de Bolsa de Estudo, que o patrimônio pertencente ao grupo familiar informado, é composto dos seguintes bens e respectivos valores:

BENS IMÓVEIS (Casa, Apartamento Sala Comercial, Lote Urbano, Lote Rural, Chácara):

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	VALOR DE VENDA (R\$)

VEÍCULOS (Automóvel, Caminhão, Motocicleta, Motoneta ou Reboque):

DESCRIÇÃO	ANO MODELO	PLACA	RENAVAN	VALOR DE VENDA (R\$)

OUTROS: (cotas de empresa, máquinas agrícolas, etc)

DESCRIÇÃO	VALOR DE VENDA (R\$)

Totalizando o valor de R\$ _____, conforme declarado no formulário.

Declaro que o(s) dado(s) apresentado(s) nesta declaração é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam na exclusão do processo seletivo bem como cancelamento do recebimento de bolsa de estudo e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Análise ou quem a Unoesc designar a averiguar a informação acima.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura de um integrante do grupo familiar maior de 18 anos

(reconhecer firma em cartório)

ANEXO V

Modelo de Declaração Negativa de Bens

Eu, _____, (estado civil) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado em _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, para comprovação no requerimento de Bolsa de Estudo, que eu e meu grupo familiar NÃO possuímos bens móveis ou imóveis. Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado (s) é (são) verdadeiro (s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar e averiguar a informação acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante: _____

(Reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO VI

Modelo de Contrato de União Estável

Por este instrumento particular de Contrato de União Estável de convivência duradoura, pública e contínua, e com fundamento na Constituição Federal, Art. 226, Lei nº 9.278/96 e Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), nesta cidade de _____, Estado _____, ficou justo e contratado entre os abaixo assinados: _____, profissão _____ portador do RG Nº _____ e do CPF Nº _____, residente e domiciliada(o) em _____, doravante denominada **CONVIVENTE “A”**, e _____, profissão _____, portador do RG Nº _____, e do CPF Nº _____, residente e domiciliado em _____, doravante denominado **CONVIVENTE “B”**, o seguinte:

Cláusula primeira – Que OS CONVIVENTES vivem sob o mesmo teto desde ____/____/____, comprometendo-se ambos, durante a convivência, ao respeito, à consideração, à assistência moral, a uma dedicação mútua e esforço em comum no sentido de atingir a harmonia necessária ao bem-estar que o aconchego do lar lhes poderá oferecer.

Cláusula segunda – Que o tempo de duração do presente contrato é indeterminado, sendo que durante a vigência da convivência, ambos OS CONVIVENTES deverão observar respeito e dignidade, um para com o outro, bem como a observância de todos os afazeres e cuidados exigidos para uma sólida e perfeita convivência.

Cláusula terceira – Que as causas de extinção do presente contrato podem ser: por resolução involuntária (força maior ou caso fortuito); por rescisão unilateral ou bilateral (por simples declaração de uma ou de ambas as partes); por rescisão unilateral ou bilateral (quando há lesão às cláusulas de convivência expressas na cláusula primeira); e, finalmente, pela cessação (no caso de morte de uma das partes ou de ambas).

Cláusula quarta – Que o termo inicial do presente contrato é a partir do momento em que OS CONVIVENTES iniciaram a viver sob o mesmo teto (cláusula 1ª).

Cláusula quinta – Fica eleito o foro da Cidade de _____, Estado do _____, para dirimir dúvidas porventura vinculadas ao presente instrumento.

Por se acharem assim, justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo, a que tudo assistiram.

_____, _____ de _____ de 20__.

CONVIVENTE “A”

CONVIVENTE “B”

(Reconhecer firma em cartório – os conviventes)

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

ANEXO VII

Modelo de Declaração de Divisão de Aluguel

Eu, _____, estudante da Unoesc, inscrito no CPF n° _____, declaro sob as penas da lei que, divido aluguel do imóvel situado na _____ n° _____, cidade _____. O valor do aluguel é de R\$ _____, dividido em _____ moradores. Sendo de responsabilidade o valor de R\$ _____ para cada morador.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado(s) é (são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar e averiguar a informação acima.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do candidato às bolsas: _____

Assinaturas dos demais inquilinos: _____

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO VIII

**Modelo de Declaração de Renda de Autônomo,
Prestador de Serviços ou Profissional Liberal**

Eu _____, CPF nº _____, RG nº _____, estado civil _____, residente e domiciliado na Rua _____, declaro sob as penas da lei para comprovação da situação socioeconômica do(a) estudante (nome) _____, que a renda média dos últimos seis meses, foi no valor de R\$ _____ mensais. Que esta renda, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de _____.

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar a confirmar e averiguar a informação acima.

Local e data, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

Assinatura do candidato às bolsas

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO IX

Modelo de Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia

Eu, _____, CPF nº _____,
RG nº _____, estado civil _____, residente e domiciliado em
_____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no
edital para comprovação no Cadastro Socioeconômico do(a) estudante
_____, que pago mensalmente pensão alimentícia no valor
mensal de R\$ _____, ao meu (minha) filho
(a)_____.

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar a confirmar e averiguar a informação acima.

LOCAL E DATA _____, de _____ de 20__.

Nome (s) e Assinatura (s) de quem paga: _____

Nome e Assinatura do Candidato às bolsas: _____

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO X

Modelo de Declaração de Recebimento de Aluguel

Eu, _____, CPF nº _____
_____, RG nº _____, estado civil _____,
residente e domiciliado em _____,
declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido no Edital para comprovação no Cadastro
Socioeconômico, que RECEBO ALUGUEL do imóvel situado em
(cidade) _____, na rua _____,
nº _____, no valor mensal de R\$ _____, pago pelo(a) inquilino(a) senhor(a)
_____.

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a omissão de
informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no
cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a
imediate devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis.
Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC
designar e averiguar a informação acima.

LOCAL E DATA, _____ de _____ de 20__

Assinatura do declarante: _____.

Nome(s) e Assinatura(s) do inquilino: _____.

(reconhecer firma em cartório do declarante)

ANEXO XI

Modelo de Declaração que não possui Carteira de trabalho

Eu, (membro do grupo familiar que não possui Carteira de Trabalho) _____
_____, (estado civil) _____, inscrito no
CPF sob o nº _____, portador do RG nº _____,
residente e domiciliado na Rua (Av.,
etc.) _____ declaro para os devidos fins, que
não possuo o seguinte documento: Carteira de Trabalho.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado (s) é (são) verdadeiro (s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da UNOESC designar e averiguar a informação acima.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do declarante

(reconhecer firma em cartório do declarante)

Assinaturas das testemunhas:

Nome:

CPF

Nome:

CPF

ANEXO XII

Modelo de Declaração de Casa Cedida

Eu, _____, CPF nº _____,
RG _____, Estado Civil _____, residente e domiciliado na Rua

município de _____, declaro sob as penas da lei e conforme
estabelecido no edital ____/20__, para comprovação no Cadastro Socioeconômico, que sou
proprietário do imóvel situado na rua/av: _____ nº
_____, município de _____, o qual é cedido para a família do
candidato a bolsa de estudo _____, ficando os mesmos responsáveis
apenas pelos pagamentos de água e energia elétrica.

Declaro que o (s) dado (s) acima apresentado (s) é (são) verdadeiro (s) e estou ciente de que a
omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes
implicam no cancelamento do recebimento das bolsas de estudo, trabalho, pesquisa e extensão e
obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais
cabíveis. Autorizo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou quem a Vice-Reitoria da
UNOESC designar e averiguar a informação acima.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do proprietário cedente do imóvel

(reconhecer firma em cartório do declarante)